



# **POLÍTICA PÚBLICA E PROJETO COLONIAL: O CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO**

***PUBLIC POLICY AND COLONIAL PROJECT: THE USINA OF GASÔMETRO CULTURAL CENTER***

***POLÍTICA PÚBLICA Y PROYECTO COLONIAL: EL CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO***

**Ana Paula Parodi Eberhardt**

**Ana Paula Parodi Eberhardt**

Mestra em Antropologia Social e licenciada em Ciências Sociais, ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Temas de pesquisa: memória, cidade, patrimônio, imagem, lazer, cultura popular, teatro e sociabilidade. Atriz e produtora cultural pela Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela.

### Resumo

O presente trabalho pretende discorrer a respeito do fechamento do Centro Cultural Usina do Gasômetro, o desalojamento de grupos de artes cênicas do projeto municipal Usina das Artes e a sua realocação para um espaço não legitimado no circuito artístico da cidade. Relacionando este acontecimento, bem como alguns outros ocorridos recentemente na vida cultural da cidade com os escritos de Elisa Belém e André Augustin, podemos inferir que as alterações em políticas públicas culturais estão atreladas a um projeto de desvalorização de formas de atividade intelectual, artística e de ensino, recorrente em países em desenvolvimento. Este processo de subalternização está ligado a um plano econômico neoliberal mais amplo de manutenção do projeto colonialista de dominação, na busca por um monopólio da distribuição de verbas públicas por parte do setor privado.

### Resumen

Este documento tiene la intención de discutir el cierre del Centro Cultural Usina do Gasômetro, el desplazamiento de grupos de artes escénicas del proyecto municipal Usina das Artes y su traslado a un espacio que no está legitimado en el circuito artístico de la ciudad. Relacionando este evento, así como algunos otros que ocurrieron recientemente en la vida cultural de la ciudad con los escritos de Elisa Belém y André Augustin, podemos inferir que los cambios en las políticas públicas culturales están vinculados a un proyecto de devaluación de las formas de actividades intelectuales, artísticas y culturales. educación, recorrente en países en desarrollo. Este proceso de subordinación está vinculado a un plan económico neoliberal más amplio para mantener el proyecto colonialista de dominación, en la búsqueda de un monopolio sobre la distribución de fondos públicos por parte del sector privado.

### Abstract

This paper intends to discuss the closure of the Usina do Gasômetro Cultural Center, the displacement of performing arts groups from the Usina das Artes municipal project and their relocation to a space that is not legitimized in the city's artistic circuit. Relating this event, as well as some others that occurred recently in the city's cultural life with the writings of Elisa Belém and André Augustin, we can infer that the changes in cultural public policies are linked to a project of devaluation of

forms of intellectual, artistic and cultural activities. education, recurrent in developing countries. This process of subordination is linked to a broader neoliberal economic plan for maintaining the colonialist project of domination, in the search for a monopoly on the distribution of public funds by the private sector.

## Breve histórico do projeto Usina das Artes

O Projeto Usina das Artes teve seu embrião formado no Projeto Geração Cultural Usina das Artes que aconteceu em 2005 na Usina do Gasômetro. Em 2009 o Projeto se tornou lei municipal, regulando o formato de ocupação através de edital público anual, frisando que a ocupação deveria ser realizada por grupos que tivessem trabalhos continuados de experimentação artística. Ao longo deste projeto foram realizadas milhares de atividades de artes cênicas, tornando este Centro Cultural um polo importante na produção cênica rio-grandense. Segundo o Plano Municipal de Cultura (2013-2023):

Restaurado, o prédio foi aberto ao público em 1991, constituindo hoje um dos maiores e mais ativos centros culturais do Estado, abrigando espaços variados de exposições como a Sala de Cinema P. F. Gastal, o Teatro Elis Regina, o Cibernarium, as galerias Iberê Camargo, dos Arcos e Lunara, e diversas salas multiuso, além de dois cafés e setores administrativos da Secretaria Municipal de Cultura como as coordenações de Música, Manifestações Populares, Descentralização da Cultura, Artes Plásticas e Cinema/Vídeo e Fotografia. (PMC-Porto Alegre, 2013-2023)

O espaço ainda abarcava sete salas de teatro (destinadas ao Projeto Usina das Artes), o projeto Usina do Papel, Usina Educação e abrigava a Equipe de Apoio Técnico Municipal. Tendo um público de um milhão de pessoas ao ano<sup>1</sup>, recebendo importantes eventos culturais da cidade, como as Conferências Municipais de Cultura, virada de Ano Novo, o Fórum Social Mundial, Bienal do Mercosul entre outros.

---

<sup>1</sup> Ver em PMC-Porto Alegre, 2013-2023.



Em 2014 a direção da Usina muda pela primeira vez, passando do idealizador do Projeto, o artista Caco Coelho, para o funcionário público Renato Wieniewski. A partir desta mudança uma nova forma de gestão se estabelece: é o último ano em que a prefeitura custeia a divulgação dos eventos do projeto - que tinha um panfleto próprio e independente das demais atividades da Coordenação de Artes Cênicas, e a Secretaria condiciona o pagamento dos grupos à entrega de um relatório mensal de atividades, com o objetivo de fazer um levantamento do número de público atingido pelo projeto.

Além da Usina do Gasômetro atrair um público sistemático por concentrar diversas atividades culturais em um mesmo espaço (cinema, artes visuais e cênicas), o seu pátio também recebia shows e espetáculos. Ao lado deste, havia a disponibilização de passeios de barco pelo rio, e na “prainha” (como é popularmente chamado o espaço próximo à orla) havia o acesso ao rio e ao pôr do sol. Este último era a programação mais certa e a custo zero para o porto-alegrense, que enchia este espaço aos finais de tarde. Este aspecto de um passeio a baixo custo garantia um público diversificado e bastante popular, por conta disto os preços de espetáculos eram bastante acessíveis, sendo previsto no edital de ocupação a oferta de atividades gratuitas em dias de passe livre nos ônibus da cidade. Assim, além de garantir o trabalho continuado dos grupos o projeto também se destacava pela formação de plateia, que “aproveitava” o passeio para assistir também a um espetáculo.

Em 2015 ocorreu a assinatura da Ordem de Início do Projeto Executivo para Recuperação da Usina do Gasômetro. Em dezembro deste mesmo ano a ligação do pátio da Usina com o Rio Guaíba é cortada, com a colocação de tapumes para o início das obras de revitalização da orla. Este fato trouxe como consequência uma queda grande do número de pessoas que circulavam na Usina, afetando a dinâmica das atividades culturais e a segurança deste espaço. Embora estando localizada na zona central da cidade, o entorno da Usina não era considerada um local seguro. Nos

momentos de menor fluxo de pessoas, principalmente em dias de semana à noite ninguém se aventurava a passear naquele ambiente.

Figura 1: Foto: Guilherme Santos/Jornal Sul 21 de 2 de dezembro de 2015.



Os recursos para estas obras na orla estão atrelados à também chamada “revitalização” do Cais Mauá, localizado ao lado da Usina. Este também é um espaço importante na cidade, de grande interesse econômico, o que faz com que existam muitas disputas e discussões sobre a regularidade deste projeto, bem como o impacto ambiental de um empreendimento comercial à beira do rio, fazendo com que seu início fosse postergado diversas vezes. A verba para esta reforma, no montante de 93 milhões de dólares é proveniente de uma parceria com a Corporação Andina de Fomento, que destinou 3 milhões de dólares para a reforma da Usina - prédio que ligaria o empreendimento do Cais à orla. Em contrapartida a CAF indicou que a Usina deveria ter um plano de sustentabilidade financeira e ser gerida por uma Organização Social (OS)<sup>2</sup>, indicada pela Corporação.

---

2 Organização Social é uma qualificação jurídica que um órgão da administração pública direta pode conceder a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para o desempenho de serviços públicos sociais, tais como saúde, educação, cultura e assistência social. As OSs não prestam serviço público delegado. Elas desempenham uma atividade privada de interesse público e, para tanto, contam com o incentivo do Estado. Fonte: <https://camiloprado.com/2017/09/06/o-que-sao-organizacoes-sociais-os/>

Neste mesmo período (primeira metade da década de 2010) temos a implementação, na cidade de Porto Alegre, várias parcerias público-privadas, tais como a reforma da Cinemateca Capitólio (fechada por 20 anos), que passou a se intitular Cinemateca Capitólio Petrobras; a reabertura do Auditório Araújo Viana (fechado por 7 anos), com o nome de Oi Araújo Viana; a “adoção” do Largo Glênio Peres e Praça XV pela empresa Coca-Cola. Também houve o fechamento de espaços públicos por falta de verba, como é o caso do Teatro Municipal Túlio Piva e o Centro Cenotécnico. Na segunda metade da década de 2010 a cidade passa por discussões a respeito da parceria privada do Parque da Redenção e do Mercado Público (cujo segundo andar está fechado há seis anos devido a um incêndio). Foi o momento também que a Secretaria do Estado não renovou a permissão de uso dos grupos de Artes Cênicas que ocupavam o Hospital Psiquiátrico São Pedro, desalojando 6 grupos que residiam há 15 anos neste espaço. Neste ínterim também nota-se uma diminuição em editais públicos para artes nas esferas federais, estaduais e municipais, sendo importante frisar que o Ministério da Cultura foi realocado para outra secretaria por duas vezes, o que aconteceu por uma vez também na instância municipal.

Em meados de 2017, por ocasião da “recuperação” prevista à Usina do Gasômetro, os grupos pertencentes ao projeto Usina das artes foram realocados em uma escola desativada no bairro Santana, onde o projeto está tendo continuidade, mas sem verba, funcionários ou apoio por parte da prefeitura. Em novembro deste mesmo ano a Usina teve suas portas fechadas.

No início de 2018 é publicado em jornais de grande circulação que a verba destinada à revitalização não seria o suficiente para o projeto inicial e que era necessário refazer todo o projeto, diminuindo em 80% as reformas previstas, e que estas não teriam nenhuma previsão de início.

Esta longa introdução se torna importante para perceber que o caso do projeto Usina das Artes não se trata de um caso isolado em meio à política cultural regional ou mesmo nacional, mas sim está em consonância



com a implementação de uma proposta política mais ampla de cunho neoliberal e colonialista, conforme veremos a seguir.

### Política neoliberal: dinheiro público, gestão privada

Segundo André Augustin, são poucos e recentes os estudos econômicos que enfocam o tema de políticas culturais como situados dentro das grandes transformações econômicas e sociais do capitalismo. A partir de seus escritos da autora Elisa Belém, pretendo discorrer como a importação desta política está atrelada a um projeto colonial que privilegia uma determinada classe a se manter no monopólio das decisões de alocação de recursos destinados à cultura, (e seu processo mais eficaz: o sucateamento do bem público, e sua necessária privatização, a partir da difusão ao senso comum de que esta é a única solução possível).

Podemos pensar o neoliberalismo, conforme David Harvey, a partir de dois aspectos complementares: de um lado um “projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo”, de outro “um projeto *político* de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2005, p. 27 *apud* AUGUSTIN, 2011, p. 5). Desta forma, embora pregue a ideia de Estado mínimo, difundida pelo senso comum, na verdade o neoliberalismo utiliza os mecanismos estatais para restaurar o poder de uma classe, no caso a ligada ao sistema financeiro. Isto acontece pelo crescimento da desigualdade social, garantida pelo aumento da taxa de juros à população, aumento do desemprego (garantindo baixos salários) e diminuição nas taxas de imposto de renda. Possibilitando uma maior concentração de renda ao setor financeiro internacional-pela elevação das taxas de juros de dívidas externas de países de terceiro mundo-, este processo garante a dominação destes em relação aos países em desenvolvimento. Este processo teve reflexos importantes nas políticas públicas de um modo geral, mas é a partir dos anos 70 que afetam as políticas culturais, conforme os governos de Reagan (EUA e Thatcher (Inglaterra)). O argumento usado por Reagan para a privatização do setor cultural era que o financiamento público das artes

resultava da “redução do papel histórico do apoio filantrópico do indivíduo privado e das empresas”, e que os fundos públicos da cultura haviam sido politizados e estavam orientados para “o desenvolvimento das artes com objetivos sociais, e não artísticos”. O foco do governo deveria mudar, financiando apenas a alta cultura.” (AUGUSTIN, 2011, p.7). Com base nestes ideais foram feitas reformas fiscais que possibilitassem ao setor privado isenções de impostos deduzidas do apoio a este setor. O governo inglês de Thatcher tinha um discurso parecido com Reagan e com políticos emergentes do contexto brasileiro atual: “Há muitas pessoas no mundo das artes que ainda precisam se desapegar do Estado assistencialista”<sup>3</sup>.

Com a possibilidade de isenções estatais e o benefício de colar sua marca às atividades artísticas expoentes, o setor privado também passou a administrar os espaços culturais públicos.

Estas foram premissas adotadas nas políticas culturais brasileiras, que seguindo a análise histórica de Augustin tem três características bem marcantes: a *autoridade* (políticas culturais públicas criadas em períodos de ditadura, tanto na era Vargas quanto durante o regime militar – pautadas pela regulação e controle das atividades artísticas); *instáveis* (onde as políticas eram mudadas completamente a cada troca de governo) e as *ausentes*.

A consolidação das políticas culturais neoliberais no Brasil, entretanto, só se deu a partir da eleição de Collor. Assim que assumiu a Presidência, o ex-governador alagoano revogou todos os incentivos fiscais federais existentes e desmontou os órgãos públicos ligados à cultura. Além de fechar o Ministério da Cultura, substituído por uma Secretaria, Collor acabou com a EMBRAFILME, a Funarte, a Fundação Nacional de Artes Cênicas e diversos outros órgão ligados à cultura. O orçamento para a cultura foi cortado e no lugar dos gastos públicos diretos veio uma nova lei de incentivo fiscal: a Lei Rouanet. (AUGUSTIN, 2011, p.10-11)

Embora a participação nesta lei implique em uma avaliação do projeto pelo Conselho Nacional de Incentivo a Cultura, não se discute o mérito artístico da proposta, mas sim sua viabilidade orçamentária, e são as

---

3 Discurso de Richard Luce, nomeado Ministro das Artes da Inglaterra em 1985 (WU, 2006, p. 79). apud AUGUSTIN 2011,



empresas que decidem qual projeto querem financiar. Com o passar dos anos foi aumentando a porcentagem de isenção das empresas que patrocinassem os projetos, chegando a 100%, de forma que o dinheiro a ser investido é inteiramente público, mas gerido inteiramente pelo setor privado.

No caso brasileiro, e especificamente o gaúcho, podemos observar que as revitalizações em grandes aparelhos culturais da cidade foram patrocinados pelo capital empresarial (Petrobras, Oi, CAF, para citar alguns já mencionados), e estes em contrapartida tem a função de definir a gestão destes equipamentos. Em todos estes casos houve uma mesma estratégia, tipicamente neoliberal de sucateamento destes espaços, que vistos como ociosos e degradados, sem a possibilidade de investimento do setor público passaram a serem parcerias público-privadas pelo clamor popular: “Como diz Gramsci, o exercício da hegemonia ‘caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria.” (GRAMSCI, 2000, p. 95 *apud* AUGUSTIN, 2011, p. 18)

Mas o que se esconde por trás do discurso de falta de verba pública é a subalternização do Estado enquanto soberania frente ao capital financeiro (terceirizando as decisões sobre quanto e em quê investir), bem como sua omissão em cumprir com o dever constitucional de promover o acesso à cultura aos cidadãos. Com este aparente mecenato (importado do sistema neoliberal americano e inglês) o que acontece é a distribuição de investimento público sob a gestão de empresas, privadas, e no caso brasileiro, empresas internacionais.

Desta forma o investimento privado no setor artístico ganha um monopólio da hegemonia estética de sua classe, no sentido que decide investir em alguns tipos específicos de arte, onde não está em jogo a democratização da cultura<sup>4</sup>, mas a distribuição para os grandes centros onde

---

4 “Se o objetivo fosse ampliar o acesso à cultura, os projetos financiados com recursos públicos deveriam priorizar regiões onde a população tem menos acesso a atividades culturais. Mas o que ocorre com as leis de incentivo é justamente o contrário: as atividades financiados geralmente são realizados nas regiões mais ricas, onde já existe naturalmente mais financiamento privado para a cultura. De 1993 a 2009, praticamente 80% dos recursos captados pela Lei Rouanet foram

a divulgação de sua marca seja importante, lucrando assim sob dois aspectos distintos: a renúncia fiscal e a propaganda de marketing gratuita, ambas patrocinada pelo Estado.

### Considerações finais

Esta prática neoliberal está em consonância com o que Belém nos fala sobre o teatro brasileiro estar sob uma perspectiva subalterna, já que não são as instâncias representativas eleitas pelos cidadãos que decidem e gestam as políticas culturais, mas sim o setor privado – no entanto com dinheiro público-, privilegiando uma determinada estética que se torna dominante, num processo colonizador de silenciamento da cultura de um povo. Segundo Belém seria justamente a valorização da cultura popular, da oralidade, da alegria partilhada no carnaval e no estar juntos pensados e encenados dentro de uma gramática própria de seu contexto social que se extingue o senso de inferioridade e se valoriza uma epistemologia apagada pelo projeto colonial. Este projeto colonial fica evidente nos discursos inferiorizantes do senso comum de que “no Brasil nada dá certo”, ou que o bem público não é funcional e que, por isso merece ser privatizado e ficar sob tutela de empreendimentos que “deram certo”, o que equivale dizer “grandes empresas internacionais”.

No caso do Centro Cultural Usina do Gasômetro este processo segue os mesmos passos dos demais equipamentos públicos que passaram para a gestão privada, e foi colocado em curso a partir do silenciamento de um de seus maiores projetos, o Usina das Artes. Seja no término da divulgação das atividades e no esvaziamento do entorno, seja na redução da importância da difusão cultural do projeto a seu número de público. A proposta da CAF em tornar o Centro Cultural Usina do Gasômetro em um setor sustentável financeiramente acena para uma nova forma de percepção do fazer artístico,

---

destinados a projetos no Sudeste. Enquanto isso, a região Norte recebeu menos de 1% do total e a Centro Oeste, 3,2%. A concentração é muito maior do que a concentração populacional ou do PIB. O Sudeste, com 41% da população e 56% do PIB brasileiro, representa 79,8% dos recursos da Lei Rouanet. Já o Nordeste possui 27,9% da população, mas apenas 6,2% dos recursos da lei. Há ainda concentração dentro de cada região e, em cada cidade, os bairros mais ricos são privilegiados”. (AUGUSTIN, 2011, p. 14)

transformando-o em bem econômico. A especulação financeira e imobiliária que se avizinha torna este espaço um centro de disputa de interesse econômico. A realocação dos grupos, feita de forma apressada para dar início às obras para um espaço precário, sem nenhum apoio do município e sem qualquer garantia de retorno à Usina – cuja obra não somente não foi iniciada, mas está sob replanejamento- aponta para um grande período ocioso e de maior degradação. O sucateamento do Projeto Usina das Artes é a comprovação deste plano em curso: sem um público formado neste novo espaço de realocação, e sem subsídios e infraestrutura mínima para desenvolvimento de trabalho este projeto acaba por ser censurado economicamente, demonstrando a desvalorização do Estado em relação à cultura.

Relacionando os dois autores (Augustin e Belém) podemos afirmar que o processo de sucateamento de centros culturais são resultados de uma estratégia política econômica de terceirizar as decisões de investimento cultural para o setor privado. É uma forma de desqualificação e subalternização do Estado e da produção local, onde o caráter experimental da atividade artística dá lugar à reprodução das mesmas formas consagradas, sob pena de desestabilizar o lucro econômico esperado em contrapartida, o que implica em uma censura prévia, (tanto dos artistas a serem subsidiados quanto do público que poderá acessar este serviço), conforme Augustin:

Os artistas com trabalhos menos comerciais, principalmente aqueles em início de carreira, só conseguem manter seu trabalho com apoio do Estado. (...)O investimento cultural, quando incorpora um alto grau de inovação, comporta uma forte incerteza no tocante aos resultados. [...] o estado substitui o mercado para apoiar os setores que, sem esse maná, estariam condenados à decadência. (BENHAMOU, 2007, p. 152). apud AUGUSTIN, 2011, p.15)

O *Cirque du Soleil*, por exemplo, recebeu em 2005 mais de nove milhões de reais para vir ao Brasil. Era um evento inacessível para a maioria da população brasileira, com ingressos variando de R\$ 100,00 a R\$ 370,00. O Bradesco foi o principal patrocinador, com 4,3 milhões de reais. Ainda que a totalidade desse valor tenha sido abatida do imposto de renda, o banco teve o direito de ter seu nome em todos os materiais de divulgação da turnê, além de



garantir que o primeiro lote de ingressos fosse vendido apenas a clientes *Prime Bradesco*. (AUGUSTIN, 2011, p.15)

O interesse neste campo de atuação da arte se mostra de importância fundamental na manutenção deste silenciamento, já que: “As artes da cena trabalham exatamente com práticas que privilegiam as ações afetivas contribuindo para que o próprio indivíduo ou a sociedade reconheça aquilo que cerceia a expressão e comunicação humana, ou seja, possíveis silenciamentos”. (BELÉM, 2016, p.122).

Assim torna-se importante relacionar os acontecimentos mais amplos sociais, econômicos e políticos aos modos de produção das artes, buscando compreender os cotidianos processos de subalternização ideológica e cultural que atravessam a prática artística nacional.

### Referências bibliográficas

AUGUSTIN. André Coutinho. **O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira**. Fundação Casa Rui Barbosa – II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro. Set. 2011. Disponível em:

[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_AndreAugustin\\_O\\_neoliberalismo\\_e\\_seu\\_impacto\\_na\\_politica\\_cultural\\_br\\_asileira.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreAugustin_O_neoliberalismo_e_seu_impacto_na_politica_cultural_br_asileira.pdf).

ernacional/FCRB\_AndreAugustin\_O\_neoliberalismo\_e\_seu\_impacto\_na\_politica\_cultural\_br\_asileira.pdf.

BELÉM, E. (2016). **Notas sobre o teatro brasileiro: uma perspectiva descolonial**. *Sala Preta*, 16(1), 120-131. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v16i1p120-131>

**Plano Municipal de Cultura de Porto Alegre, 2013-2023.**

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=16&p\\_secao=200](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=16&p_secao=200)

REDAÇÃO JORNAL SUL @!. **O que as pessoas de Porto Alegre pensam sobre os tapumes na Orla do Guaíba**. *Jornal Sul 21*. Porto Alegre, 2 de dezembro de 2015. Acessado em 25/02/2019 em <https://www.sul21.com.br/cidades/2015/12/o-que-as-pessoas-de-porto-alegre-pensam-sobre-tapumes-na-orla-do-guaiba/>